

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: VIVÊNCIA E REFLEXÃO¹

INTRODUÇÃO

Ao longo de vários momentos, esforçamo-nos para definir a posição metodológica de alguns responsáveis pela criação da nossa concepção de avaliação, focalizando, especialmente, Tyler, Cronbach, Scriven, Stufflebeam e Stake. Procuramos destacar aqueles que se preocuparam com a lógica do processo (Scriven) e visaram a apresentar soluções para problemas práticos (Cronbach), criando, assim, uma sistemática para lidar com os problemas enfrentados pelos avaliadores. Chegamos, agora, ao momento de considerar algumas outras questões, refletindo o nosso posicionamento. Ao fazê-lo, partimos da lembrança das 95 teses apresentadas por Cronbach², esclarecendo que a presente reflexão representa um esforço visando a mostrar a compreensão que temos dos problemas considerados e vivenciados por nós no período de 1962 a 1995. É uma tentativa, portanto, de registrar o nosso pensamento sobre avaliação educacional de forma sistematizada, à luz de experiências pessoais, refletindo algumas das influências que sofremos ao longo daquele período e da prática da avaliação.

¹ Artigo publicado em *Estudos em Avaliação Educacional*, n. 18, p. 69-109, jul./dez. 1998.

² Cronbach, L. I. et al. (1980) - à maneira de Martinho Lutero, com suas Teses (1517) que provocaram o Concílio Tridentino - divulgaram um conjunto de proposições advogando uma nova visão da avaliação, especialmente de programas sociais, criando uma nova consciência em relação à avaliação.

AVALIAÇÃO E AUTOCONHECIMENTO

A educação não se limita a transmitir conhecimento elaborado e sistematizado ao longo do tempo. Esse conhecimento é indispensável à sobrevivência do indivíduo e sua necessidade se torna cada vez mais crítica à medida que a nossa cultura sofre um maior aprofundamento tecnológico, exigindo o domínio de técnicas necessárias a atividades bastante simples. A educação, entretanto, não fica restrita apenas a esse aspecto, pois assim não teria sentido o seu proceder. Para completar e dar significado ao seu proceder, impõe que, ao lado do conhecimento humanístico e tecnológico, sejam incorporados valores e tradições definidos culturalmente. Ora, diante desse quadro, a avaliação não é um processo que leva apenas ao levantamento de dados, à identificação de problemas para que os executivos da educação lhes deem as melhores soluções. A avaliação, vista sob o enfoque que pretendemos, é bem mais do que apenas isso; é uma forma de autoconhecimento da própria sociedade, que procura conhecer a si mesma através da identificação do que prevalece em uma de suas principais instituições – a escola – , que é responsável por sua continuidade. O fracasso refletido através de uma avaliação representa, na realidade, o próprio fracasso da sociedade em concretizar seus objetivos, ficando, desse modo, detentora de uma forma de conhecimento que poderá utilizar, mas que pouco contribuirá para a sua sobrevivência – uma escola falida reflete, através da avaliação, uma sociedade igualmente fracassada nos seus objetivos.

AVALIAÇÃO E PLANOS DE AÇÃO

Algumas sociedades possuem verdadeira obsessão relativamente à avaliação – caso específico da norte-americana – ; outras, a usam com moderação, preocupadas muitas vezes com suas implicações sociológicas – como parece ocorrer na Inglaterra – , tornando o seu uso bastante cauteloso e um terceiro grupo, geralmente integrado por países do Terceiro Mundo, que sofrem a influência de agências internacionais de financiamento, as quais usam a avaliação como forma de controle dos seus subsídios financeiros e tentam influenciar políticas públicas. A situação nestes países é de plena euforia avaliativa, especialmente

diante da possibilidade de virem a conhecer seus sistemas de ensino e criarem novas condições para a superação de seus diversos problemas, geralmente graves, diríamos mesmo gravíssimos. Enquanto os primeiros elementos fazem investimentos de milhões em diversas moedas fortes; os últimos financiam seus empréstimos, muitas vezes a juros extremamente onerosos. Avaliações são feitas, às vezes, com o emprego de técnicas bastante sofisticadas e que nem sempre estão ao alcance dos que seriam os maiores interessados, pelo menos teoricamente, – os professores. Uma pergunta surge-nos: – o que ocorre com essas avaliações, particularmente as realizadas no mundo em desenvolvimento, com especial referência a alguns países do Terceiro Mundo? As avaliações são discutidas em círculos restritos, profissionalmente interessados, às vezes com a participação de elementos burocráticos, mas com repercussões em segmentos limitados. A partir das avaliações, e ao contrário do que seria desejável e recomendável, e mesmo impositivo, não são geradas novas discussões que levam a planos para uma ação efetiva. Às vezes ocorrem ações setoriais – revisão de currículos e os inevitáveis e frustrantes treinamentos de professores, via cursos que não correspondem às suas expectativas e necessidades reais. Na verdade, não são feitos planos alternativos de ação, que conduzam à mudança e à transformação da escola em termos positivos. Avaliação, sem o complemento de planos de ação, tende a ser uma atividade burocrática, que aos poucos perde o seu significado e passa a ter efeitos nulos e gera reações adversas, que se propagam em cadeia dentro do sistema. A avaliação passa a ter um efeito negativo, contrário ao que seria desejável.

AVALIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

A avaliação é às vezes vista de forma bizarra, como um processo revolucionário que promoverá mudanças imediatas em todo o sistema, abrangendo todos os sujeitos – administradores, técnicos, professores e alunos, com a alteração imediata de programas, projetos e materiais. Assim como na natureza nada se faz aos saltos, mas resulta de um processo às vezes razoavelmente longo, o mesmo ocorre em educação, especialmente em relação à avaliação e aos seus propósitos. A escola tende a ser conserva-

dora, visando, naturalmente, a sua sobrevivência, inclusive com os seus males; entretanto, a avaliação não está comprometida com esse conservadorismo, que gera um processo de estagnação e autodestruição. A avaliação admite um certo gradualismo e que as transformações venham a se processar progressiva e refletidamente, para evitar fracassos, alterações injustificáveis e não fundamentadas – que levam, depois, ao saudosismo, ao sonhar com o que poderia ter sido e não foi – e a ações desgastantes para o sistema. A avaliação não é, entretanto, conservadora; pressupõe um certo adualismo, exigência do próprio pensar educacional, mas o seu compromisso real é com a mudança e a transformação que somente a partir dela (avaliação) pode resultar. Avaliação nada tem a ver com a manutenção do *status quo*, a reprodução do pensamento acabado; a avaliação não gera um quadro de revolução, mas conduz a mudanças desejáveis, com as quais está comprometida.

AVALIAÇÃO E REFLEXÃO

A avaliação está integrada no processo contínuo de refletir sobre as diversas áreas educacionais e seus problemas. A reflexão é constante e envolve o administrador, com os seus problemas para o bom funcionamento do pequeno/grande mundo que é a escola, o pessoal técnico – supervisores e coordenadores – que deve refletir sobre a diversidade dos problemas de seu dia a dia, envolvendo, inclusive, problemas de relacionamento humano, e o professor, supostamente um técnico em promover a aprendizagem, que precisa refletir como desenvolver habilidades e aptidões, além, naturalmente, de procurar fixar todo um conteúdo associado a um conjunto de experiências curriculares. A reflexão sobre essa diversidade mantém uma relação biunívoca com a avaliação; pois não se pode pensar em educação e ensino sem, simultaneamente, uma valoração de outros elementos diversos. A avaliação não é um conjunto de técnicas para o levantamento de informações sobre diferentes sujeitos, mas um momento permanente na reflexão sobre os problemas educacionais. A contradição momento/permanente justifica-se, porque se refere não a um instante temporal, mas a um elemento indispensável ao constante refletir sobre a educação e seus problemas.

Assim, todos, na comunidade educacional – administradores, técnicos e professores são avaliadores, na medida em que refletir sobre educação é avaliar o próprio problema.

AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Se considerarmos o nosso contexto, observamos que nem sempre os programas de avaliação resultam de uma compreensão aprofundada das suas finalidades e do caráter impositivo que devem ter. A par dos modismos habituais, a avaliação é muitas vezes decidida de uma forma quase improvisada e passa a ser considerada prioridade. Um programa de avaliação deve resultar de uma definição de políticas que dimensionam um quadro específico com vistas à qualidade da educação. Não se avalia apenas para dizer que avaliou e que se possui um banco de dados computadorizado sobre múltiplos aspectos da educação. O refletir associado à avaliação decorre da necessidade de promover um ensino/educação que seja de qualidade. A própria reflexão mostra, por outro lado, que a avaliação deve ser de natureza diversificada, procurando fazer com que diferentes programas analisem e solucionem diferentes problemas. É preciso que compreendamos um programa de avaliação em seus fundamentos e objetivos, para que possamos definir e influenciar sobre as políticas públicas a serem estabelecidas e implementadas com seriedade, tendo em vista que a má qualidade da educação é catastrófica e a sociedade se vê solapada em um de seus elementos básicos, ficando na dependência de outras culturas mais bem estruturadas.

AVALIAÇÃO E O AVALIADOR

Falamos, anteriormente, em reflexão, que resultaria numa análise que incluiria, também, um processo de avaliação e ressaltamos o papel de administradores, técnicos e professores, que, em princípio, estariam qualificados para esse desempenho. Aí incidimos em um ponto nuclear, pois a análise exigida é de natureza bastante complexa, não admitindo improvisações. É fundamental que o avaliador possua uma formação geral e que tenha vivenciado os problemas do ensino, especialmente através

da experiência de sala de aula. Vimos que a tarefa do avaliador exige habilidades específicas, desenvolvidas por intermédio de uma formação quantitativa, inicialmente, e qualitativa, posteriormente, conforme a orientação estabelecida por Robert Stake na Universidade de Illinois (Urbana). O desenvolvimento de capacidades quantitativas, apenas, pode levar a simplificações, às vezes quase esotéricas para os não-iniciados; a formação qualitativa, unicamente, por outro lado, leva a generalizações filosóficas, que pouco ou nada informam sobre a realidade para aqueles que devem tomar as decisões. Ambas as orientações completam-se e possibilitam ao avaliador explorar o problema em seus diferentes aspectos. Infelizmente, alguns exaltam apenas um tipo de formação, menosprezando o outro, o que demonstra um posicionamento equivocado, pois o quantitativo e o qualitativo se completam. Em algumas circunstâncias um impõe-se ao outro, sem que isso signifique que esse quadro seja o melhor, mas apenas o mais adequado à situação apresentada. A escolha da abordagem correta, associada à qualificação do avaliador, permite, desse modo, que falsas interpretações sejam evitadas e julgamentos igualmente falsos se concretizem.

AVALIAÇÃO E CONTROVÉRSIAS

Alguns programas educacionais costumam dar margem a controvérsias. Pensamos, a título de ilustração, nos chamados programas de matemática moderna em oposição à matemática clássica.

Isso costuma gerar situações muitas vezes passionais e, portanto, emotivas, que dão margem ao surgimento de elementos que dificultam a tarefa do avaliador. É preciso, portanto, que o avaliador, na medida do possível, mantenha-se isento, sem tomar aprioristicamente um posicionamento. Isso ocorre com bastante frequência, ao contrário do que se possa pensar. É o resultado do desejo de provar que o novo é melhor, em oposição ao antigo, o que não é necessariamente verdade. A responsabilidade do avaliador, no caso, é bastante grande, exigindo que, graças à sua capacitação e à experiência adquirida ao longo da prática habitual, possa identificar essas situações desfigurantes e, assim, estabelecer meios adequados para esclarecer os problemas, sem envolvimento ou controvérsias

que anulam o trabalho, fazendo com que não tenha validade e, *ipso facto*, não mereça credibilidade entre aqueles que usam na prática os dados que o avaliador lhes proporciona.

AVALIAÇÃO E NOVAS METODOLOGIAS

O processo de avaliação ao longo do tempo precisa ser aprimorado, novas metodologias introduzidas e modificações realizadas, para que a avaliação não se transforme numa prática burocratizada, repetitiva e que acabe desmotivando a clientela a que ela se destina. Isso é uma verdade incontestável e já começa a ser sentida em países que a usam intensamente, impondo-se um trabalho de motivação para que o descrédito não passe a dominar. Por outro lado, também, é preciso cautela, em relação a novidades não inteiramente testadas, e cujos resultados, além de nada informarem, não contribuem para o aprimoramento do processo de avaliação. Ainda que a situação seja ideal, isso não significa que não se concretize na realidade. É preciso que a avaliação apresente informações relevantes ao sistema e deixe bastante claro que os serviços que presta são realmente importantes, o que nem sempre é sentido. Poder-se-ia argumentar que estamos diante de uma situação ideal, nem sempre concretizável, considerando as forças negativas que existem dentro do sistema e que se opõem às avaliações, porquanto acabam por expô-las, denunciando a sua ação. Essa é uma das muitas finalidades da avaliação: identificar reações negativas e superá-las, apresentando caminhos de excelência para a melhora do sistema.

AVALIAÇÃO E SEUS USUÁRIOS

Quem são – ou deveriam ser – os reais usuários das avaliações? As avaliações não se realizam para uso dos avaliadores, que são agentes na identificação dos problemas. Os administradores e técnicos devem ser os usuários dos resultados das avaliações e os implementadores do conjunto de ações ou de ações isoladas para a solução dos problemas. Entretanto, aqueles a quem as avaliações se destinam são realmente os professores, eles próprios avaliadores permanentes do próprio sistema e de tudo aquilo

que o aciona. Professores, entretanto, costumam alegar que os resultados das avaliações, especialmente as realizadas externamente por terceiros, não servem às suas necessidades e interesses. Por sua vez, os avaliadores queixam-se de que os resultados dos seus trabalhos não são utilizados devidamente, não só por professores, mas também por administradores e técnicos. Isso, sem dúvida, é uma realidade indiscutível. Áreas ministeriais e Secretarias de Estado possuem um número enorme de avaliações (e pesquisas, às vezes por solicitação oficial) e as mesmas repousam tranquilamente nos arquivos, ignoradas ou desconhecidas, não sendo utilizadas na definição de políticas e nem para a elaboração de projetos. Um descompasso realmente existe, e deve ser eliminado para que as avaliações resultem em ação interativa entre todos os membros que atuam no sistema educacional, o que somente se consegue com uma disseminação adequada dos elementos informativos às clientelas interessadas.

AVALIAÇÃO E INFLUÊNCIA POLÍTICA

A interação entre os elementos ligados à avaliação mostra que o avaliador educacional, mesmo quando não pretende ter influência política sobre o sistema, acaba por exercê-la. E por que isso ocorre, independentemente da sua vontade? Pensemos, inicialmente, que a avaliação, assim como a pesquisa educacional, visa a coletar dados da realidade para autoconhecimento da sociedade (alunos, pais, professores, técnicos e administradores), inclusive daqueles que são responsáveis pela definição de políticas que mais tarde se vão transformar em projetos com vistas ao desdobramento de ações para a promoção da qualidade da educação. Ora, ainda que em termos teóricos, tudo deveria partir da avaliação e dos seus resultados, daí a responsabilidade do avaliador, que, dependendo da metodologia delineada e dos resultados obtidos, assim como de seu relatório, das suas conclusões e das propostas de ação pode encaminhar o sentido das decisões políticas a serem definidas e implementadas pelas autoridades educacionais. Nem sempre os avaliadores se dão conta da sua responsabilidade pública, das consequências de projetos inadequadamente propostos e da impropriedade de seus relatórios, acabando, dessa forma, por influir negativamente nas políticas

públicas, quando são consideradas. É importante que as avaliações sejam utilizadas pelo sistema, mas é sumamente necessário que essas avaliações sejam responsáveis, tendo em vista a possível influência que vão exercer.

AVALIAÇÃO E CONSENSO

Uma única teoria da avaliação é o desejo não concretizável da maioria dos avaliadores. Assim como não existe apenas uma teoria da educação aceita pelo consenso – é impossível o consenso em educação, apesar das esperanças da técnica Delphi, que parte desse pressuposto –, não existe um consenso que também seria desejável em avaliação. As posições são muitas, às vezes antagônicas. Pode-se elaborar uma teoria com base em uma concepção de educação, mas será sempre uma entre muitas outras teorias igualmente possíveis. Algumas vezes, em educação, ficamos no domínio da idealidade. Elaborar uma teoria da avaliação que satisfaça a todos é difícil, praticamente impossível. As coisas tornam-se mais complexas quando se pensa em uma teoria que seja ao mesmo tempo uma teoria da interação política. Interação política é um construto e admite diferentes posicionamentos difíceis de conciliar; por outro lado, uma teoria assim estruturada somente se completaria se a ela pudéssemos integrar uma teoria da determinação de fatores, pois, no fundo, o avaliador procura estabelecer os fatores determinantes que dimensionam o problema a solucionar. Acreditamos que o avaliador deva assumir uma posição filosofante, como pensador que é, e procurar basear-se em uma teoria (ou criar uma teoria) associada à interação política, não importando que vozes diversas se manifestem contrárias. O significativo é o seu trabalho e nesse quadro não podemos deixar de pensar em Tyler, que legou uma obra significativa, apesar de todas as resistências que enfrentou e soube superar.

AVALIAÇÃO E EXPECTATIVAS

A avaliação afigura-se a muitos como o caminho da esperança, acreditando que, por intermédio da avaliação, se poderão obter

respostas inequívocas para os numerosos problemas que o campo educacional oferece. Sem dúvida, poderemos obter respostas para algumas questões, mas não para todas. Ao delinear um programa educacional, qualquer que seja, simples, sem maiores complexidades, sempre surgirão controvérsias. A avaliação do programa poderá fornecer certas informações sobre o seu possível mérito, indiscutivelmente, mas essas informações por mais completas que possam ser, por maior que seja a soma de dados coletados, nunca eliminará totalmente as controvérsias que sobre seus méritos possam existir. Poderá haver um certo convencimento, mas que não será suficiente para dirimir as dúvidas que possam existir. Neste caso, a avaliação que surge para alguns como a senda da esperança, pode vir a transformar-se em caminho do desapontamento. E por isso talvez seja árduo o *métier* de avaliador, que deve conviver com opostos: a esperança e a angústia da frustração. É preciso, pois, que o avaliador não parta de certezas absolutas, mas baseie o seu trabalho em possibilidades, em expectativas que possam vir a se concretizar, mas sem pensar que a tudo domina, que é o senhor de todos os saberes e que o seu domínio das tecnalidades seja capaz de eliminar as dúvidas que são parte da contingência humana.

AVALIAÇÃO E PROCESSO POLÍTICO

A definição de um programa educacional insere-se em um conjunto maior de natureza social, que, por sua vez, resulta de um processo político, com vistas à transformação da educação e de sua agência responsável, a escola vemos, portanto, que há um encadeamento de momentos que se ligam e se interpenetram, constituindo um corpo uno. O avaliador muitas vezes é chamado a participar desse contexto e seu comportamento é de perplexidade. Seus modos, seus métodos de tratamento dos dados, suas sofisticadas estatísticas processadas por instrumentos de alta tecnologia permitem-lhe coletar e manipular grande soma de dados e, finalmente, chegar à esperada fase das conclusões. Conclusões que levarão a sugestões para eliminar situações ou criar um novo quadro. Nesse momento quase final do trabalho, o avaliador dá-se conta que o seu trabalho chegou a um impasse. Às conclusões opõe-se um elemento mais forte, o processo político

em que tudo está inserido. É um instante crítico, que demonstra a situação de impotência em que se encontra a avaliação e o avaliador educacional. Há razões outras que podem escapar à sua compreensão, mas que se impõem tendo em vista que a educação ocorre em um contexto político e parodiando o velho é sempre moderno filósofo francês, pode-se dizer que a política tem razões que a própria razão desconhece. Isso é verdade no mundo das emoções e no âmbito das realidades. A educação deve estar pronta para enfrentar essas realidades, sendo que isso não representa um demérito para o avaliador, quando as suas conclusões nem sempre são consideradas.

AVALIAÇÃO E PESQUISA

A ideia de avaliação começa a dominar a nossa sociedade, graças, em parte, à atuação da mídia, chamando a atenção para alguns problemas que às vezes não são realmente prioritários, com o esquecimento de outros, mais relevantes e de repercussão social mais profunda. A questão da avaliação passou a dominar os mais diversos segmentos sociais, despertando o interesse de órgãos sindicais de um lado e no extremo oposto de grupos empresariais, ainda que por motivos diversos. Existe uma crença generalizada na necessidade de impor a avaliação como um procedimento normal ao sistema educacional. Percebe-se, entretanto, que essa ideia, aparentemente nova, nada mais é do que o desdobramento de uma ideia anterior, que tardiamente surgiu no âmbito do ensino superior: a prática da pesquisa. A pesquisa em educação é bastante recente, pelo menos em nosso contexto, e recebeu grande impulso na medida em que a pós graduação se consolidou nos principais centros de ensino superior. Uma nova atitude começou a formar-se em relação à análise dos problemas educacionais e um acúmulo de *know-how* tecnológico se estruturou, permitindo trabalhos empíricos. Avaliação e pesquisa seriam campos separados ou seriam na verdade áreas que se integram e se complementam? Tentamos, muitas vezes, delinear as características de uma e de outra, pontos de aproximação e de divergência; no entanto, afigura-se-nos que as atuais distinções são artificiais, são mais um exercício acadêmico, pois o evoluir de ambas as atividades

está fazendo com que a possível distinção que então existia esteja desaparecendo e a avaliação se transformando igualmente em uma forma de pesquisa. Podemos estabelecer como um imperativo atual que se formem pesquisadores para uma atuação eficiente na área da avaliação educacional.

AVALIAÇÃO E ACCOUNTABILITY

A década de 60 assistiu a um *boom* da avaliação educacional no contexto norte-americano. Alguns milhares de projetos foram realizados com o investimento de centenas de milhões de dólares; ao final, alguns trabalhos se revelaram realmente relevantes e tiveram ampla repercussão, mas a maioria foi objeto de acerbas críticas, tendo em vista as limitações dos resultados apresentados. Aos poucos, começou a impor-se o conceito de *accountability*, palavra difícil de traduzir com exatidão; contudo, percebe-se que está relacionada à expressão *to be accountable for* – ser responsável por –, daí a tradução que usualmente empregamos responsabilidade educacional. Por outro lado, é preciso lembrar, também, que *account* tem um sentido contábil, financeiro. Haveria, assim, uma preocupação maior com as grandes despesas governamentais para obtenção de resultados muitas vezes decepcionantes, em decorrência, inclusive, da irrelevância metodológica da maioria dos projetos. Aprofundando-se o conceito de *accountability* sente-se que, além do aspecto financeiro, há uma grande preocupação com o que foi, com o passado, visando a definir méritos e a estabelecer a culpabilidade dos responsáveis pelos programas; parece-nos, entretanto, que a avaliação pode ser melhor utilizada na medida em que nos permita compreender os acontecimentos e a ter uma inteligência aprofundada dos processos educacionais, com o objetivo de fornecer subsídios para os novos educadores que se venham a envolver com futuros projetos e com outros programas, aproveitando os ensinamentos do passado e as experiências vivenciadas. A avaliação é um olhar para frente, um olhar em perspectiva, talvez a partir do que foi, mas sem querer culpabilizar pessoas ou instituições, bastando a angústia do possível insucesso. A avaliação guia; a avaliação não pune.

AVALIAÇÃO E REALIDADES

O poeta diz com razão que navegar é preciso; diríamos que avaliar também é preciso, mas com as devidas cautelas, tendo uma bússola orientadora, a fim de evitar certos abrolhos e possíveis desapontamentos. Algumas vezes, arquitetam-se grandes planos, com vistas a grandes renovações e a esperança de promover uma revolução. Sonhar é igualmente necessário, mas dentro de certos limites, considerando as nossas realidades. Ideias são importadas sem que sofram um processo de aculturação; instituições são transplantadas com o esquecimento de que, atrás delas, há toda uma tradição acumulada ao longo dos tempos e experiências verificadas ao longo de um processo de validação. A situação não é abstrata, mas ocorrente em nosso contexto. O avaliador educacional vê-se muitas vezes envolvido nessa situação e é obrigado a opinar sobre propostas de renovação ou a elaborar planejamento que acompanhe a implementação dessas novas experiências. A sua situação pessoal é bastante crítica. Nem sempre pode recusar a sua participação; outras vezes, procurando agir com imparcialidade – na medida em que o ser humano pode ser imparcial – seus resultados contrariam as expectativas, sendo prudente, portanto, que o avaliador considere a possibilidade de insucesso do projeto de renovação e advirta os responsáveis pelo projeto. Sinceridade e honestidade são, obrigatoriamente, atributos de um avaliador consciente.

AVALIAÇÃO E COMPROMETIMENTO

A atividade educacional implica intenso comprometimento dos envolvidos. Esta situação deve ser mantida ao longo de todo o desenrolar das ações programadas, inclusive com a participação ativa dos avaliadores, sejam estes especialistas externos ou professores, que, em última análise, são, realmente, os avaliadores dos programas nas escolas. A atividade educacional em países em transição socioeconômica é extremamente desgastante fisicamente e sem uma certa paixão, reflexo do comprometimento, fácil será cair na descrença, na prática do fazer pelo fazer, simplesmente. O avaliador, e não somente ele, mas todos os educadores, devem superar seus momentos de descrença e dúvida – fé e dúvida coexistem e a dúvida robustece a fé –, que podem levar ao negativismo e à in-

diferença, estados emocionais bastante frequentes em educação. A avaliação tem seus paradoxos – sem paixão, sem comprometimento é impossível uma análise racional. Isto é aparentemente contraditório – paixão e racionalidade, mas, na verdade, se não houver da parte do avaliador uma certa paixão que o leve a persistir, a manter-se acima e além das adversidades, que são bastante comuns, não terá a suficiente clareza de espírito para empreender uma análise racional que o trabalho quase artesanal do avaliador exige. Desse modo, o comprometimento, que é essencialmente político, leva o avaliador a agir (e a reagir) com racionalidade.

AVALIAÇÃO E CONTROLE

Há alguns parágrafos consideramos a problemática da *accountability*. Voltemos a ela, porque esse conceito que surgiu há mais de trinta anos no contexto norte-americano começou a expatriar-se, passando a fazer parte do jargão tecnológico das avaliações nacionais. Será que essa ideia se aplica à nossa situação, que somente agora, nos últimos anos, menos de um decênio, começa a se preocupar com a avaliação, seus problemas e as inúmeras implicações que dela decorrem? Acreditamos que sim, considerando que havendo recursos, pessoal qualificado, planejamento adequado e ação implementadora consistente, os programas educacionais, quaisquer que sejam, serão bem sucedidos. Essa é a ideia mais explícita do conceito de *accountability*. Outras percepções também existem, como o seu conteúdo financeiro, entretanto, preocupa-nos um outro aspecto, que nos parece extremamente grave. Se necessitamos desse conceito a ponto de importá-lo e incorporá-lo à própria educação, não dizemos que apenas a avaliação o incorporou. A educação em geral sentiu necessidade de utilizar essa ideia, não unicamente a avaliação, e isso é preocupante, pelo menos para nós, pois revela que o sistema se apercebe que um quadro patológico se desenvolve no sistema, e necessita de elementos de controle, a fim de evitar que ele se desenvolva e comprometa a sua própria razão de ser, inclusive a avaliação, que passa a sofrer os mesmos malefícios, via todo um processo de metástase social. A avaliação, ao coletar e analisar dados, passa, assim, a exercer as funções de um elemento de controle da salubridade do sistema educacional.

AVALIAÇÃO E COISA PÚBLICA

A informação é uma fonte de poder e deste modo faz com que muitos guardem elementos de informação, às vezes como justificativa para a própria existência. Isso refletiria a ideia de uma comunidade fechada em que somente as autoridades teriam acesso ao conhecimento dos dados. A avaliação opor-se-á a esta situação. Os dados da avaliação, obtidos através de uma *expertise* adequada não são propriedade exclusiva do avaliador, não pertencem à escola, não são de uso restrito dos autores e implementadores de programas, não pertencem às Secretarias de Educação e nem mesmo à autoridade centralizadora do Ministério da Educação, agente do Estado. Os resultados de uma avaliação constituem *res publica*, coisa pública, para uso da comunidade e conhecimento da sociedade. Assim, a avaliação não tem sentido em uma sociedade fechada, centralizadora e autoritária. A sua razão de ser está em uma sociedade aberta, descentralizada e democrática. A avaliação somente se pode considerar plenamente realizada na medida em que a utilização de seus resultados demonstre que não há um círculo fechado, que estamos em uma sociedade transparente que procura se conhecer e ter a suficiente coragem de apresentar suas deficiências e indicar os aspectos em que é bem-sucedida.

AVALIAÇÃO E CREDIBILIDADE

A eficiência de um governo não está no fazer, mas no saber fazer em correspondência com as realidades vividas no contexto da sociedade. Ao querer fazer, sem antes consultar a sociedade e ouvir seus posicionamentos, um governo democrático, constituído por pessoas de formação democrática, mas às vezes sem experiência democrática, acaba por revelar uma face autoritária até então desconhecida. A centralização na área educacional leva muitas vezes a situações contraditórias. Ao impor, por exemplo, a avaliação – processo fundamental no âmbito da educação, não temos dúvida, por uma questão de coerência com o próprio viver – sentimos um princípio de violência, que não é desejável. A avaliação deve resultar de uma aspiração própria e do desejo de autoconhecer-se, ao mesmo tempo que identifica seus problemas, seus êxitos e seus fracassos, ainda que essa colocação possa parecer utópica, mas sem uma utopia não se vive, nem sobrevive.

Avaliação em que o governo avalia seus próprios procedimentos não merece credibilidade. Falta-lhe credibilidade por querer impor uma avaliação não inteiramente independente, porque realizada por órgãos de certa forma ligados ao poder central ou que dele dependem para sobreviver. Cairíamos, dessa forma, no mundo inconsequente de verdades paradoxais (uma contradição, evidentemente), ou seja, em educação o suposto racionalismo de um governo centralizado pode levar ao autoritarismo, ao generalizar medidas possivelmente aceitas pela sociedade, desde que tivesse sido ouvida e os temas discutidos por suas instituições mais representativas.

AVALIAÇÃO E OBSTÁCULOS

O avaliador, assim como o homem de Ortega y Gasset, é ele próprio e suas circunstâncias. Possui suas limitações e sofre restrições que lhe são impostas pelo contexto em que atua. Tem o domínio das técnicas, mas nem sempre as pode usar, tendo em vista os condicionamentos do público a que se destinam, ou, então, as empregam usando meios palatáveis de comunicação, a fim de que seu trabalho possa ser compreendido e utilizado. Nem sempre pode realizar o que, teoricamente, gostaria de concretizar, porque possui limitações orçamentárias, às vezes bastante sérias. Sendo o seu trabalho o resultado do esforço de uma equipe, em muitos casos não dispõe de pessoal qualificado ou deve agir com apoio de um grupo bastante restrito. Ao desenvolver o projeto não terá condições de superar muitas dificuldades e ele próprio em seu relatório deverá honestamente explicitar as dificuldades encontradas, as limitações enfrentadas e os aspectos que não puderam ser abordados, por razões diversas, e as soluções que não forem possíveis. O avaliador, assim como o pesquisador, e ele próprio é também um pesquisador, não é um super-homem que vence todos os obstáculos, enfrenta todas as situações e soluciona todos os problemas, armado com os instrumentos que lhe oferece a tecnologia de ponta. O avaliador é, em grande parte, o gerenciador de um programa, que, com diligência, procura torná-lo o mais eficiente possível, sem o uso de superpoderes que não possui. Seria uma ilusão pensar ao contrário.

AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO

Chegamos a um ponto crítico nestas reflexões sobre a avaliação educacional. Perguntamo-nos: por que o sucesso do *Eight-Year Study*, de Tyler, ou o de Stufflebeam, baseado no modelo Contexto, Input, Processo e Produto (CIPP)? É evidente que, primeiramente, havia a vontade política de realização das avaliações, sem o que nada é possível realizar. Havia, ainda, um modelo com sólida fundamentação teórica, independentemente das restrições que alguns elementos da comunidade de avaliadores apresentaram a essas formulações. Os projetos possuíam dotações orçamentárias necessárias à sua concretização, com verbas de fontes diversas. Isso tudo, entretanto, não seria suficiente para explicar o êxito desses projetos ou de quaisquer outros programas de avaliação; há um outro elemento de capital importância: o responsável pelo gerenciamento dos projetos. Tyler e Stufflebeam tinham experiência de ensino; participaram de atividades acadêmicas, inclusive administrativas, em grandes universidades, e possuíam a vivência de outros programas anteriormente executados. Tinham capacidade de liderança, aglutinando em torno de si instituições diversas e diferentes pessoas com formação variada; faziam valer, democraticamente, o seu comando, solucionando os vários conflitos de relações humanas; além de se imporem pelo domínio da área substantiva em que estavam envolvidos, ou seja, o gerente não é um burocrata, mas um cientista com experiências diversificadas. Em síntese, o êxito de qualquer programa de avaliação depende de um controle firme da parte de seu gerente e da sua capacidade de liderança.

AVALIAÇÃO E LIDERANÇA DEMOCRÁTICA

Um programa de avaliação envolvendo todo um sistema educacional, ainda que realizado por amostragem, demanda negociações e acomodações, que são próprias de uma liderança democrática. A imposição de um programa ao sistema exige um preparo anterior, para atenuar as reações contrárias, que são inevitáveis. Qualquer avaliação mexe com o sistema e reações adversas devem ser esperadas. São parte da mecânica do processo, sendo necessário um trabalho inicial de acomodação para a diluição das forças adversas. Sem colaboração não é possível realizar esse

trabalho, que deve ser desmembrado em diferentes níveis, com várias linhas de coordenação e supervisão. O poder numa avaliação, ainda que haja um gerenciamento geral, deve ser diluído e as responsabilidades compartilhadas em diferentes momentos e instâncias. Seria uma ideia platônica admitir-se que, definido um programa, o mesmo passará a ser aceito sem questionamentos, com a concordância integral dos vários integrantes do processo a ser desenvolvido. É necessário um trabalho prévio, em que fique demonstrada a decisão política de realizar o programa, e sejam esclarecidos os problemas suscitados pelo próprio sistema, numa tentativa, aliás compreensível, de autodefesa. Defesa em relação a algo que desconhece e que precisa ser definido para que seja compreendido o seu significado, a sua importância, o uso de seus resultados e as modificações que possivelmente serão realizadas, como decorrência da avaliação. É importante que se saiba por que está sendo feita a avaliação, suas finalidades e que providências serão tomadas no futuro. Avaliar por avaliar, simplesmente, não faz sentido, é necessário que haja consequências decorrentes da avaliação.

AVALIAÇÃO E AGÊNCIAS FINANCEIRAS

O avaliador, no desempenho do seu trabalho, vê-se envolvido em diferentes contextos, compreendendo administração (e burocracia), quadros técnicos, corpo discente e docente, além da estrutura financeira que lhe fornecerá os meios para desenvolver o projeto. É bastante frequente que essa estrutura financeira seja representada por instituições nacionais e internacionais, que têm a sua cultura própria, o seu corpo técnico especializado, mas não necessariamente em avaliação, e que por intermédio dos projetos, fazendo exigências, tentem interferir nas políticas públicas. Acreditamos que a parceria com agências financeiras seja desejável e até mesmo bem-vinda; contudo, o avaliador precisa acautelar-se em relação a diferentes aspectos, inclusive adotando uma atitude agressiva, se necessário for, e abandonando posições de prudência política. É preciso cautela em face da tentativa de impor modelos que correspondem a outros contextos e que nada têm a ver com a cultura educacional. O modelo a ser usado deve resultar de um consenso entre as partes atuantes no

processo de avaliação, com envolvimento de até mesmo as agências, mas sem a prevalência de suas ideias, muitas vezes exóticas. A imposição de consultores é preciso ser vista igualmente com reserva, pois quase sempre apresentam extenso currículo, mas desconhecem a realidade nacional e agem em termos inteiramente abstratos, sugerindo metodologias que não atendem às necessidades do projeto e nem aos seus objetivos. Ainda, frequentemente, propõem técnicas de tratamento para fins de futuras pesquisas que não se ajustam à natureza dos dados coletados e exigem dos participantes da avaliação, especialmente em nível de corpo docente, uma familiaridade com elementos que não fazem parte da sua cultura pedagógica. O avaliador deve fazer frente a essas situações, impondo-se, exercendo a sua função de avaliador, dentro das suas responsabilidades. É evidente que nem sempre se pode prescindir da colaboração das agências financiadoras. É preciso que o responsável pela avaliação não seja um “guardião platônico” do seu projeto, mas adote uma posição que resguarde o seu planejamento, sem, entretanto, criar uma situação conflitiva que impeça a concretização do trabalho.

AVALIAÇÃO E META-AVALIAÇÃO

A experiência pessoal nos tem demonstrado que, qualquer que seja o processo de avaliação, o sistema tende a permanecer imóvel, sem promover iniciativas que levem à atuação do avaliador. É preciso que sua iniciativa pessoal atue, coordenando as várias atividades e promovendo o envolvimento de todos os participantes. Apresentados os resultados, muito possivelmente pouco se fará em termos de modificações, salvo se estas vierem através de sugestões no próprio relatório do avaliador. É lógico que existem exceções; no entanto, considerando os interesses políticos em entrecampo na área educacional, talvez seja necessária uma intervenção do avaliador. As coisas facilmente se acomodam e tendem a permanecer como se encontram, prevalecendo o estado de inércia. Assim, obtidos os resultados do trabalho é necessário que se promova a avaliação dos mesmos, que, em outras palavras, se faça uma análise de todo o processo, ou seja, que haja uma meta-avaliação (avaliação da avaliação) a fim de que seja julgado o seu valor. A avaliação da avaliação, segundo determinados padrões

(Stufflebeam), deve ser externa, na medida do possível, considerando o envolvimento do avaliador e o seu comprometimento, o que pode gerar vieses nos julgamentos, ficando comprometidos os juízos que se fizerem. Além das características já apresentadas, o avaliador também deve ter iniciativa e senso de oportunidade, para agir no momento próprio.

AVALIAÇÃO E INTERESSES CONFLITANTES

A avaliação exige um processo de negociação com diferentes segmentos que muitas vezes apresentam interesses conflitantes. Vejamos, por exemplo, os casos da avaliação institucional ou da avaliação de cursos de 3º Grau, após a conclusão do bacharelado, ideias que começam a se concretizar em nosso contexto educacional. É possível que a maioria da sociedade esteja em princípio de acordo com as ideias básicas das propostas, como no nosso caso pessoal; no entanto, especialmente a comunidade acadêmica apresentou reações negativas, algumas de origem corporativa, tendo em vista que não participou do seu planejamento e não discutiu nenhuma proposta, sendo surpreendida por medidas impositivas. Assim, a avaliação deve disseminar informações que diluam reações contrárias, que atenuem as arestas apresentadas, que muitas vezes invalidam o trabalho de avaliação. É mais do que evidente que a avaliação deve apresentar informações que possibilitem a tomada de todo um conjunto de decisões corretas; entretanto, essa mesma avaliação deve fazer um levantamento exaustivo dos elementos de informação para que sejam apresentados à sociedade no processo de negociação com vistas à sua viabilidade.

AVALIAÇÃO E SUA DINÂMICA

O trabalho de avaliação faz-se de forma progressiva e à medida que avança exige constantes adaptações. O planejamento, por mais bem feito que seja, considera o máximo de variáveis possíveis, mas não tem condições de prever o imponderável; desse modo, a avaliação precisa ser feita com suficiente plasticidade para que possa enfrentar esses fatores imprevisíveis de forma efetiva e bem-

-sucedida. A avaliação de um sistema educacional em nível de Estado, por exemplo, apresenta inúmeros problemas que não são antecipáveis, acontecem na medida em que o trabalho se processa; por outro lado, ainda que os treinamentos realizados em diferentes níveis sejam eficientes, as informações passadas dentro do sistema podem gerar diferentes procedimentos, às vezes com inovações, e comportamentos não previstos que podem afetar todo o processo, impondo-se, desse modo, adaptações para que o planejamento como um todo não seja afetado e os objetivos estabelecidos desvirtuados. A avaliação, assim, exige toda uma dinâmica especial, reflexo de sua plasticidade e capacidade de interação nas várias situações que podem afetar o trabalho do avaliador.

AVALIAÇÃO E TOMADA DE DECISÃO

A avaliação, qualquer que seja o seu objetivo, pretende chegar a um ponto que permita a tomada de decisão, às vezes pelo próprio avaliador, mas na maioria das vezes pela pessoa ou instituição interessada no trabalho. A decisão deve emergir da própria avaliação, não é algo externo, uma simples consequência do projeto, mas uma decorrência do que foi trabalhado. O que desejamos destacar é que a decisão não é um fruto exclusivo do avaliador, mas uma emergência de todo o processo. Tudo na avaliação deve levar a essa emergência, que justifica o trabalho, e dá sentido ao que foi realizado.

AVALIAÇÃO E DÚVIDAS

Ao longo de um trabalho de avaliação as dúvidas, as inseguranças e as incertezas são constantes e devem ser superadas. O avaliador deve ter uma estrutura mental capaz de superar esse quadro depressivo que se forma e que o leva a perceber que muitas vezes está sozinho e que por si deve vencer suas próprias angústias. A situação do avaliador se enquadra nesse contexto, apesar de possuir uma equipe que o auxilia e estar envolvido por numerosas pessoas que o observam e esperam seus resultados, mas na hora da tomada de decisão sobre como agir em relação a determinado aspecto, ele é um solitário na multidão, e deve agir por si. Então,

o agir do avaliador deve resultar da plausibilidade de suas ações que não devem conflitar com os interesses e as expectativas políticas da sociedade em que atua. Avaliar não é estabelecer um confronto, mas agir sensatamente para que os resultados dessa avaliação sejam plenamente aceitos pela sociedade.

AVALIAÇÃO E SEUS RESULTADOS

A avaliação tem objetivos definidos, mas o fato de não os alcançar não significa que tenha fracassado. Isso é da natureza do próprio processo. Às vezes, apenas alguns poucos objetivos são alcançados, o que já representa uma vitória. O mesmo se pode dizer em relação aos resultados, que nem sempre são positivos, refletindo o sucesso de um programa ou o êxito de uma determinada inovação educacional. O insucesso fornece igualmente informações, que são importantes nas decisões. Nem todos os sonhos se concretizam, mas o esforço para realizá-los é válido, e por si próprio o empenho de concretizá-los já constitui uma recompensa. Assim, também, na avaliação. Apesar de nem sempre chegarmos a resultados favoráveis, isso não significa fracasso, antes, é uma vitória, mostrou que o programa avaliado não funcionou e deve ser modificado ou substituído, que o material arduamente construído não satisfaz plenamente e deve ser recuperado em certos pontos ou descartado na sua totalidade.

AVALIAÇÃO E DEFINIÇÃO DE OBJETIVOS

A questão dos objetivos em avaliação é às vezes colocada em termos retóricos; ou melhor, enfatizam-se os objetivos específicos, que são de natureza operacional e sem os quais nem sempre se pode construir o instrumental necessário ao trabalho. Ainda que possa existir uma avaliação *goal-free*, é indiscutível que, independentemente de posicionamentos ideológicos, a definição de objetivos é importante, por serem orientadores das várias atividades. Isso não significa que a avaliação deve ficar restrita a objetivos operacionais e/ou comportamentais. A avaliação possui objetivos amplos, muitas vezes de grande abstração, e nem sempre mensuráveis, quantificáveis e até mesmo nem sempre observáveis de

imediatos. A avaliação visa a provocar um impacto, procura despertar interesses, tenta gerar atitudes positivas; a avaliação, em síntese, colabora para a promoção da qualidade da educação. O que é qualidade em educação? É um atributo que sabemos existir – um construto –, sobre o qual hipotetizamos, porque acreditamos no seu existir, mas dificilmente conseguiremos defini-lo, e nem mesmo há necessidade dessa definição, para sermos concretos.

AVALIAÇÃO E VIESES DO AVALIADOR

A educação é uma arte, a educação é uma ciência. Diríamos, ainda, que a educação é uma área de incertezas, resultantes do entrelaçamento de opiniões conflitivas, não se conseguindo muitas vezes o consenso esperado. O pensamento dos educadores é sofisticado e nem sempre acessível aos não-iniciados. Talvez haja uma certa intencionalidade nesse comportamento, cujos objetivos são às vezes nebulosos. No entanto, é exigido do avaliador que ele seja claro, exato, preciso, objetivo, positivo e explícito nas suas palavras e ações, o que nem sempre é possível, porque todo avaliador possui vieses, que resultam da sua formação, das suas predileções, das suas experiências profissionais e das suas idiosincrasias ideológicas. O avaliador não é um ser perfeito, possui suas deficiências e prejuízos, próprios de sua condição humana, que deve ser respeitada. E muitas vezes o avaliador deixa de ser preciso e cai na subjetividade; contudo, há um espaço para a subjetividade na avaliação, mesmo quando trata com elementos objetivos. O homem – avaliador – não consegue fugir à sua condição humana e, assim, a subjetividade faz sentido no seu existir profissional.

AVALIAÇÃO E QUESTÕES SIMPLISTAS

A responsabilidade do avaliador é enorme na condução do seu trabalho, pois a comunidade – escola, alunos, pais, professores – se volta para ele, que, assim, se torna o ponto focal que, supostamente, deve iluminar todos os problemas de interesse dos diversos segmentos. O que ele faz pode vir a ser o norte, o objetivo maior de todo o sistema, que passa, então, a atuar no sentido de prever uma imagem de suposta eficiência do ensino, dos pro-

gramas, dos materiais e de inovações que por ventura estejam sendo avaliados. Assim, deve ponderar as consequências do seu agir, que estará influenciando o comportamento de toda uma constelação de interessados no seu trabalho.

Apesar desse interesse pelos resultados da avaliação, sobretudo se há possibilidades de que sejam favoráveis ao objeto avaliado, o sistema não apresenta questões desafiadoras ao avaliador, permanece entregue ao seu quietismo burocrático, à espera de que as coisas aconteçam por obra do trabalho de avaliação. O sistema educacional, salvo as exceções de praxe, como convém acentuar, atua por inércia, não se autoprovoca, não se estimula, daí, como anteriormente foi registrado, o trabalho de avaliação ser considerado um ponto nuclear, a partir do qual novas perspectivas se abrirão, o que não deixa de ser parcialmente correto. A expectativa, entretanto, é que ao sistema caiba a iniciativa de ações, a partir de perguntas estimulantes para o avaliador, que quase nunca são apresentadas, ficando o avaliador como responsável pela sua propositura e, igualmente, pelas respostas desejadas pelos usuários da avaliação.

O problema da avaliação é muitas vezes proposto ao avaliador de forma bastante simplista: avaliar o sistema; avaliar o livro; avaliar o material didático etc. A questão é inteiramente vaga, nada diz ao avaliador, não é explícita, cabendo, então, ao avaliador determinar o que se deseja, usar sua intuição, e com sensibilidade determinar os objetivos da avaliação, os problemas envolvidos e a destinação que será dada aos elementos de informação. A avaliação não é um agir individualista, mas um trabalho solidário, que demanda o envolvimento da comunidade em que se situa o objeto da avaliação. As afirmações devem ser diretivas a fim de que perguntas adequadas sejam propostas para, ao fim e ao cabo, termos dados de informação que proporcionem uma possível solução para a indagação inicial.

AVALIAÇÃO E SEU PROJETO

Avaliar não é simplesmente construir instrumentos e levantar o máximo possível de dados informativos. Às vezes, o excesso de dados acaba por prejudicar o trabalho, porque resultam de questionamentos inapropriados. Antes, portanto, de planejar ade-

quadramente a coleta de dados, é fundamental, diríamos mesmo que indispensável, a total imersão do avaliador no projeto, para conhecer a sua filosofia, os seus propósitos, as suas expectativas e toda a sua linha de concepção. A identificação com todos os detalhes do projeto representa mais do que o passo inicial para o sucesso da tarefa proposta; somente depois dessa interação projeto/avaliador é que o projeto passa a realmente existir, adquire vida e é capaz de produzir frutos. Talvez as primeiras perguntas a serem feitas sejam: como esse projeto foi efetivamente concebido? quais as suas motivações? quais os seus reais propósitos? Aí, sim, podemos começar a interagir – programa e avaliador – em busca de respostas aos problemas expostos.

As perguntas que fazemos em avaliação muitas vezes têm múltiplas respostas, considerando-se que há diferentes interessados – sociedade e escola –, que esperam respostas diferenciadas. A avaliação não dá uma única resposta, às vezes nem mesmo oferece uma resposta, mas apresenta outras indagações, que são igualmente importantes para a construção de conhecimento aprofundado do objeto. A indagação gera outras interrogações, que conduzem a novas situações ou até mesmo a outros problemas, e com isso o conhecimento se acumula, novas perspectivas se abrem e a avaliação passa a ter validade.

É preciso cautela no levantamento de dados informativos, que podem gerar um quadro enganador. A preocupação muitas vezes está no acumular o máximo possível de dados, mas isso não é suficiente. Ainda que haja toda a probidade possível da parte do avaliador, se as perguntas não forem aquelas que realmente devem ser feitas e a qualidade das respostas garantida, o simples acúmulo de elementos de informação não faz sentido. É preciso que toda avaliação tenha pelo menos duas audiências: a dos que aplaudem e a dos que criticam; dessa forma, as perguntas devem apresentar fatos úteis, que justifiquem os aplausos e possam responder àqueles que por ventura venham a apresentar suas críticas, muitas vezes bastante procedentes.

AVALIAÇÃO E OCORRÊNCIAS PROVÁVEIS

Quando começa efetivamente uma avaliação? É uma pergunta que nos temos feito reiteradas vezes e a resposta foge ao comu-

mente apresentado: o seu começo está com o planejamento, com o *design*. Parece-nos que, antes disso, antes de planejar, o avaliador deve ter uma intimidade maior com o objeto a ser avaliado, para, depois, então, iniciar o seu projeto. Talvez começar pela análise de experiências similares já realizadas, pois nada de novo existe sob o sol; o que pretendemos realizar às vezes já foi feito com eficiência, e é preciso aproveitar experiências anteriores. As avaliações têm uma base de sustentação teórica, sendo útil fazer uma *review* do embasamento de projetos semelhantes anteriormente realizados. É preciso considerar que a avaliação será objeto de exame crítico pela comunidade e, assim, antecipadamente, deve ponderar a respeito dos pontos vulneráveis a críticas. Há todo um conjunto de expectativas com relação ao projeto que precisa também ser analisado, pois muito possivelmente várias dessas expectativas não sejam concretizáveis, por circunstâncias do momento, e é necessário evitar frustrações. Antes de planejar é necessário pensar nos possíveis usuários dos dados e na destinação que será dada aos resultados. Após estas considerações, faz sentido iniciar o planejamento.

A precisão dos resultados em uma avaliação é possível e necessária. Se não houver precisão, não terá credibilidade, daí sua imperiosa necessidade. A possibilidade de obter resultados precisos exige um trabalho piloto, ou seja, um trabalho que permita validar a forma como a avaliação será conduzida. Seria quase uma pré-testagem de todo o processo para eliminar os elementos comprometedores da confiabilidade dos resultados. Vendo as coisas em função do nosso contexto, sente-se que isso nem sempre é considerado. Há um processo de improvisação acelerada, na falsa crença de que uma avaliação possa ser realizada *ex-abrupto*. É forçoso reconhecer que precisamos encarar com cautela muitos resultados ufanisticamente apresentados, pois podem estar comprometidos na sua infraestrutura.

A possibilidade da realização de um protótipo precisa ser considerada. Iniciar uma avaliação sem ter perfeita consciência do que vai acontecer, dos problemas que poderão surgir, comprometendo todo o processo, é temerário e um avaliador com experiência terá certamente o bom senso de evitar essa situação. A pré-realização de uma avaliação permitirá que o avaliador considere uma amplitude bastante grande de ocorrên-

cias prováveis que na prática do dia a dia podem efetivamente surgir, às vezes de forma inesperada e sem possibilidade de uma solução imediata.

AVALIAÇÃO E REPRODUÇÃO DE MODELOS

A questão dos planos de avaliação precisa ser considerada com bastante atenção, tendo em vista que em muitos casos são pouco flexíveis, preocupados com minúcias, apresentando uma formação estereotipada e um conteúdo bastante repetitivo. Falta a esses planos uma personalidade própria, que lhes dê identidade, uma característica pessoal. Há casos em que os planos se repetem *ipsis verbis* de instituição para instituição, de programa para programa, sem considerar a diversidade dos contextos educacionais e das características culturais. Há um certo mecanicismo, uma rigidez nessas planificações. É preciso que os projetos de avaliação fujam a esquemas pré-definidos e que considerem a diversidade das situações, o que nem sempre ocorre.

O avaliador deve valorizar o seu trabalho, recusando projetos que não ofereçam oportunidades de uma atividade criativa. Explicitando a questão, podemos dizer que muitos projetos são parte da burocracia educacional, que é ponderável e adota esquemas que não dão margem a novas indagações, a novos procedimentos. Em síntese, nada acrescentam ao avaliador e nem concorrem para o aprimoramento do próprio processo de avaliação. Repetem-se *ad nauseam*, são simples reproduções de outros modelos, nem sempre escolhidos adequadamente. É um trabalho que leva à exaustão intelectual e os resultados não são compensadores, pois não fertilizam a área educacional, não geram novos conhecimentos. Repetem procedimentos sem nada acrescentar. A impossibilidade de criatividade é motivo suficiente para a recusa de um projeto de avaliação, assim como a falta de liberdade. Se o avaliador não tiver liberdade de atuação, se não puder agir com autonomia (relativa em alguns casos, mas absoluta em outros), segundo sua capacitação e aceitando a responsabilidade por suas ações, é melhor que não inicie o projeto, porquanto se sentirá cerceado no seu agir. O avaliador precisa convencer-se de que suas atividades sofrem algumas limitações e com estas deve conformar-se. Ainda que deseje divulgar os dados

de forma que possam ser amplamente utilizados, é preciso reconhecer que a avaliação não é sua propriedade particular, devendo, assim, conciliar os seus desejos com os interesses da outra parte (agências financiadoras, órgãos governamentais, instituições etc.). Por outro lado, precisa considerar que crenças e convicções não devem influenciar a avaliação, produzindo um trabalho ideologicamente contaminado, o que muitas vezes ocorre; além disso, o avaliador não deve insistir em permanecer indefinidamente em um mesmo projeto, apropriando-se dele como algo exclusivamente seu. O rodízio do avaliador por vários projetos é salutar para a avaliação e especialmente para o próprio avaliador.

AValiação E ESTRATÉGIAS DE DIVULGAÇÃO

As relações entre avaliadores e administradores muitas vezes são tensas. O avaliador nem sempre considera aspectos que o executivo acredita fundamentais. Por exemplo, custos. E criam-se alguns conflitos. O administrador, por sua vez, quer o domínio das informações, mantê-las sob seu controle, pois parte do pressuposto de que ter informações é ter poder. O avaliador julga que esses dados devam ser amplamente divulgados para diferentes segmentos a fim de que os frutos do seu trabalho sejam disseminados e produzam efeitos.

Nada mais legítimo, especialmente na área da avaliação educacional. Entretanto, é necessário um entendimento entre as partes. A avaliação depende em muitos aspectos de apoio logístico, que a administração proporciona; por sua vez, o executivo necessita dos dados da avaliação para a tomada de decisões. Ambos, portanto, completam-se e devem respeitar suas respectivas áreas de atuação.

Há uma preocupação legítima dos avaliadores com os aspectos éticos da divulgação dos resultados. A forma como essa divulgação é feita pode significar o descrédito do projeto e, conseqüentemente, a sua repercussão negativa e o menosprezo dos resultados. Há que adotar, portanto, medidas acautelatórias para divulgação dos dados ao final do estudo, para que os mesmos não sejam invalidados. Outro aspecto a considerar refere-se à privacidade dos dados, que não pode ser descurada. Ainda que em muitos lugares, como, por exemplo, na Inglaterra, os resul-

tados de avaliações educacionais sejam apresentados com a individualização das escolas participantes, acreditamos seja questionável esse comportamento, tendo em vista as suas diferentes implicações. Além disso, em muitos casos, existem obrigações contratuais, que limitam a divulgação parcial ou total dos dados, sendo um aspecto a considerar pelo avaliador.

A estratégia de divulgação dos resultados de avaliações precisa ser considerada com cautela. Qual o procedimento a seguir? Resultados parcelados ou apenas ao final dos trabalhos? A divulgação dos resultados globais, procedimento mais frequente, costuma causar um grande impacto, mas, simultaneamente, provoca interpretações que podem ser distorcidas, especialmente pelos órgãos da mídia, que nem sempre estão interessados no fato científico, mas na repercussão que terá junto ao público. A divulgação parcelada parece-nos a mais sensata, porque o público interessado passa a participar das várias fases do trabalho e assim o acompanha até o final, discutindo seus aspectos e vivenciando os problemas em diferentes momentos.

AVALIAÇÃO E RELAÇÕES HUMANAS

O fator pessoal na avaliação é um elemento que não pode deixar de ser considerado, inclusive tendo em vista a possibilidade do surgimento de situações conflitivas na própria equipe, já que a avaliação é uma obra realizada em conjunto. Há, pois, na avaliação, um componente de relações humanas que precisa ser gerenciado com o objetivo de evitar quadros de conflito entre os membros do grupo de trabalho. Uma equipe em crise de relacionamento não consegue produzir, desgasta-se e fragmenta-se, inviabilizando o trabalho. Outro problema humano centra-se no interesse das autoridades em relação aos dados da avaliação. Este interesse algumas vezes somente surge após a divulgação dos resultados e do impacto que por ventura os mesmos provocaram. É preciso que as autoridades, inclusive as administrativas, na área da educação, aprendam com os dados e atentem para a sua relevância e significado. O fator pessoal também está presente no avaliador, no seu desejo de mostrar o que conseguiu positivar e as conclusões a que chegou, havendo necessidade de um controle do que poderá dar

margem a exibicionismos e a procedimentos inconsequentes. Ao avaliador deve-se exigir uma postura serena de cientista.

O equilíbrio na comunicação dos resultados de uma avaliação é indispensável, sem o que o trabalho poderá resultar prejudicado. A carência de elementos informativos é um obstáculo para uma boa avaliação, mas, por outro lado, um número excessivo de informações, muitas vezes conflitivas, não permite, igualmente, uma análise razoável das variáveis envolvidas. É necessário, portanto, que no delineamento da avaliação seja feita uma ampla discussão sobre os dados a coletar, não incidindo no erro frequente de levantar dados simplesmente por levantar um maior número de elementos sem saber, muitas vezes, qual a destinação que será dada a esses elementos. A avaliação não pode conter no seu âmago elementos que a invalidem.

O problema da comunicação dos resultados de uma avaliação reveste-se da maior complexidade, e exige reflexão do avaliador. As comunicações formais, ainda que necessárias, devem ser suplementadas por outros meios informais, que às vezes esclarecem melhor, e de forma definitiva, as dúvidas surgidas, as incompreensões que muitas vezes decorrem de uma leitura imperfeita dos resultados apresentados formalmente, por intermédio de relatórios técnicos, que nem sempre estão ao alcance da compreensão de pais, administradores e mesmo de professores, por excesso de tecnicidades. Acreditamos, por isso, que a comunicação deva ser feita em dois níveis; um, formal, técnico, para os especialistas; outro, simples, informal com caráter de divulgação, para acesso de um público mais amplo.

AVALIAÇÃO E REPERCUSSÕES

Ao fazermos uma avaliação precisamos pensar que os nossos procedimentos terão implicações nas próximas avaliações. Ou seja, ao avaliarmos no presente, estamos criando vetores que atuarão no futuro. Uma avaliação é sempre consequente; há um momento do agora, quando a avaliação é realizada, e um do depois, quando nova avaliação será feita. Precisamos pensar, simultaneamente, em duas dimensões. Um bom trabalho gera bons frutos: mas um mau trabalho também gera frutos, somente que amargos. Uma experiência de avaliação fracassada pode

determinar outros insucessos, difíceis de serem superados a curto prazo e exigindo grandes esforços para superar os problemas criados, às vezes involuntariamente, mas que refletem não apenas falta de cautela, mas também de uma reflexão crítica aprofundada. Ao avaliarmos, repetimos, é preciso que pensemos nas futuras avaliações que ocorrerão: presente e futuro estão interligados, assim como nas suas repercussões.

A elaboração de um projeto de avaliação deve ter elementos que sejam capazes de despertar o interesse da sociedade. O interesse não pode ficar limitado ao âmbito dos técnicos que planejam o trabalho. Isso seria condenar a avaliação a uma repercussão restrita; ser de conhecimento exclusivo da comunidade escolar, o que reduziria o alcance da avaliação. A participação da sociedade, por intermédio dos pais, integrantes do colegiado, no planejamento, elaboração dos instrumentos, aplicação, correção e redação dos relatórios, é uma atividade de interação social, proporcionará à sociedade uma visão dos problemas de uma instituição que é básica ao seu existir – a escola – e possibilitará uma atuação mais eficiente da educação, dando-lhe novos rumos, abrindo novas perspectivas. A avaliação tem suas implicações, inclusive na definição das políticas públicas.

A avaliação não se completa se sobre os seus dados não se fizerem pesquisas de seus diferentes aspectos. Avaliação e pesquisa se confundem em vários momentos. Há atividades que apresentam alguma transvariância, mas em outros aspectos se afastam, como a possibilidade de repetição dos resultados ou a generalização dos mesmos, que no caso da pesquisa pode ser alto, mas na avaliação é geralmente baixo. É imperioso que avaliação e pesquisa caminhem juntas, são atividades perfeitamente compatíveis, que se complementam e convergem para um ponto, que é a geração de novos conhecimentos. Sem pesquisa, a avaliação, sozinha, perde grande parte do seu impacto.

AVALIAÇÃO E OS DADOS DA AVALIAÇÃO

A avaliação destina-se a um público e seus resultados não podem ser sonegados. O direito aos dados de uma pesquisa ou de uma avaliação pela sociedade não pode ser violado, sob qualquer pretexto. É preciso, desse modo, inicialmente, saber quais

os dados de informação que devem ser coletados, respeitados, naturalmente, os direitos humanos, o direito à privacidade. Algumas vezes, um excesso de dados é levantado sem maior sentido, porque não serão utilizados ou se o forem não contribuirão efetivamente para esclarecer ou solucionar um determinado problema. A par disso, a manipulação e análise de um número grande de informações demanda tempo e pessoal qualificado para a sua disseminação. Acreditamos, desse modo, que seja prudente, inicialmente, uma seleção do que vai ser efetivamente útil e, depois, que a divulgação dos elementos encontrados se faça paulatinamente, e não apenas em um relatório único e final. A audiência poderá, assim, participar mais ativamente de todas as fases do progresso da avaliação ou da pesquisa.

A literatura técnica sobre avaliação e, especialmente, sobre medidas, tem crescido vertiginosamente, variando bastante os seus níveis de qualidade e complexidade, problema este que precisa ser considerado ainda que não no presente. O que nos interessa, no momento, é que essa literatura destaca reiteradamente a necessidade da elaboração de um plano rigorosamente estabelecido que seria indispensável para a realização de uma boa avaliação. É evidente que o rigor científico é indispensável, a fim de que resultados válidos e fidedignos sejam recebidos com confiabilidade pela comunidade e exerçam algum tipo de impacto sobre a sociedade e o público interessado. Contudo, é necessário ressaltar que a avaliação pode ser realizada segundo diferentes formas, às vezes menos rigorosas na sua metodologia, mas nem por isso menos importantes e oferecendo resultados significativos. Pensamos, no caso, por exemplo, na observação e na utilização do método indutivo. Apenas é preciso que o avaliador (ou pesquisador) seja uma pessoa realmente capacitada e experiente.

Uma avaliação se processa em um contexto determinado, em que atuam variáveis bastante específicas, que são próprias àque-la situação particular. Aqui, a atividade do avaliador difere da do pesquisador, entre outros aspectos, na impossibilidade de replicar um determinado estudo, como pode fazer um pesquisador experimental. Em avaliação, cada caso é um caso específico, uma situação própria, um fenômeno que não se repetirá ou que se repetirá sob outros aspectos com características diferentes. O avaliador, nesse sentido, é um historiador e a avaliação uma obra de história.

AVALIAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA

Uma pesquisa ou uma avaliação deve ser submetida a constante análise crítica durante o seu processo (meta-avaliação formativa) assim como no final, quando apresenta o seu produto (meta-avaliação somativa). A crítica, em todas as suas fases, não apenas contribui para o aprimoramento do processo, com a correção do rumo, tendo em vista prováveis desvios, mas também para o crescimento do próprio avaliador, cuja formação se faz através de novas experiências e a vivência de novos problemas. A análise da avaliação concorre, ainda, para que o trabalho não se desvie das suas metas, dos seus propósitos e dos objetivos estabelecidos e não venha a dar informações muitas vezes descabidas, ainda que sob uma forma bastante elegante, de problemas que não foram propostos e que fogem ao mérito da avaliação. A elegância da formatação de um relatório, ainda que útil, não é importante; fundamental em uma avaliação é a precisão dos seus resultados e, especialmente, a validade das informações.

O mérito de uma avaliação não está na forma, o mesmo ocorrendo com a pesquisa. A atuação coordenada dos trabalhos – pois avaliação e pesquisa são obras de equipe e não *one man/woman show* –, a maturidade da pesquisa e do avaliador alcançadas após reiteradas experiências de campo e também o grau de intimidade do avaliador com os futuros usuários da avaliação são elementos que vão estabelecer o estilo do relatório, ou melhor dizendo, dos vários relatórios a serem apresentados, porque, conforme a audiência, um determinado tipo de relatório, com formatação e estilos próprios, se deve impor. Um aspecto precisa ser esclarecido imediatamente: uma avaliação não é feita para um grupo restrito de iniciados; uma avaliação não se destina apenas a avaliadores ou a pesquisadores, a um grupo seleto de cientistas, mas a toda a comunidade, especialmente a professores e alunos beneficiários imediatos das avaliações.

A experiência adquirida ao longo dos anos de prática gera uma sabedoria que é bem diferente daquela advinda do estudo e da reflexão sobre o conhecimento produzido e apresentado em livros e revistas. Um jovem, no ardor de seus verdes anos, dirá (ou diria): sou positivista, quantitativo, dedutivista e somativo. Uma jovem em flor, na impetuosidade da sua juventude, dirá (ou diria): sou subjetivista, qualitativa, naturalista, indutivista e

descritiva. Os jovens, na sua imaturidade, precisam demonstrar que são, dizer que são e defender suas posições, ardorosamente. A idade, a experiência e o trabalho ensinam que há vários atalhos, que diversas são as sendas, mas que somente existe um caminho e que esse caminho é o do meio, que nos leva em certos momentos a uma posição, que é ditada pela complexidade de um contexto, e em outras circunstâncias nos conduz a um posicionamento diverso, porque outro é o quadro a ser avaliado. A rigidez das posições é pouco condizente com a flexibilidade de espírito que deve caracterizar o avaliador.

AVALIAÇÃO E VALIDADE

A questão da validade dos dados é mais importante que a fidedignidade. Se os resultados são válidos, é evidente que são precisos, ainda que a recíproca não seja verdadeira. Os dados devem permitir que se façam inferências sobre a natureza do objeto estudado e que essas inferências possam ir além dos próprios dados (validade externa). Há um acentuado desejo de muitos, entretanto, com a sofisticação dos planejamentos e, com isso, aumentar a validade interna, que às vezes é mais importante do que as generalizações.

A avaliação implica custos, muitas vezes bastante elevados e as fontes de financiamento são bastante parcimoniosas. Assim, é preciso que o avaliador exerça um controle nos gastos e desenvolva na equipe um posicionamento ético para que as verbas não se diluam inutilmente. É necessário, entretanto, atentar para a qualidade dos dados. Às vezes, o controle excessivo pode levar ao comprometimento dos dados, ou à falta de dados essenciais ao estudo; por sua vez, o controle orçamentário em um aspecto pode prejudicar outros aspectos do programa. O gerenciamento a ser exercido pelo avaliador, assim como, na verdade, todos os seus procedimentos, deve ser caracterizado por um comedimento equilibrado que não afete a harmonia de todo o programa.

Os problemas de amostragem são bastante complexos. A amostragem exige do especialista uma formação especial, um treinamento básico e um estudo especializado bastante aprofundado. A amostragem não admite espíritos aventureiros ou simplistas, que acreditam que 10% de alguma coisa seja representativo de algo que às vezes desconhecem totalmente. Se o trabalho é por

amostragem, por detrás dela deve existir uma matemática bastante sofisticada. Surpreendente, e paradoxal, é que nem sempre uma amostra, por ser supostamente representativa, proporciona todos os elementos necessários para um estudo; às vezes, a natureza do estudo pode necessitar de uma sobre-representação de casos excepcionais para uma coleta de melhores informações; dar o papel do estatístico especializado em amostragem, que deve ser o associado constante do avaliador nos seus estudos, nas suas pesquisas, tendo em vista a validade dos resultados.

AVALIAÇÃO E ÁREA DE HABILITAÇÃO

A avaliação, no nosso contexto educacional pleno de incertezas e dúvidas, um contexto bastante fragilizado, é bom insistir, não se constitui em **área de habilitação**, por decisão oficial, tomada há algum tempo por um colegiado de sábios educadores. Apenas a administração, a supervisão e a orientação educacional seriam as supostas áreas de habilitação, segundo pareceres de grande erudição livresca e pensamentos confusos. Assim, a formação do avaliador é feita, quando o é, em outros cursos – pedagogia, psicologia e, possivelmente, na sociologia. Aqui surgem alguns problemas: a pedagogia, curso de grande amplitude de áreas, forma generalistas, e a avaliação é vista *en passant*; a psicologia, com suas várias tendências teóricas, excepcionalmente dá alguns destaques à parte docimológica, e a sociologia, fragmentada em cursos monográficos, apresenta, sem grande amplitude, aspectos da metodologia da pesquisa. O quadro assim apresentado exclui praticamente a avaliação; desse modo, por desvio de formação, muitos usam delineamentos de planejamento que são apropriados às pesquisas de laboratório, mas nem sempre adequados para a avaliação educacional.

Se a ideia é mudar, através de um processo de avaliação, se, além disso, pretende-se, ainda utilizando uma avaliação, realizar a implementação de um determinado programa, precisamos, inicialmente, estabelecer o máximo possível de indicadores, o que nem sempre é realizado, sendo consideradas apenas variáveis ligadas ao produto, ou seja, ao rendimento escolar e às atitudes. Necessitamos, inicialmente, considerar um conjunto razoável de elementos da demografia educacional, a fim de caracterizar

a nossa clientela, o que se completa com variáveis socioeconômicas relacionadas à escola e uma série de indicadores não ligados à escola, mas que são de fundamental importância para a compreensão do fenômeno – por exemplo, a participação da família na educação – e, depois, então, indicadores que dizem respeito diretamente à escola, para conhecimento de variáveis do contexto, do processo e do produto. A existência de múltiplos indicadores que se inter cruzam concorre, pois, para que se forme um quadro detalhado da realidade a ser criticamente analisada e avaliada.

O avaliador nem sempre está ligado a um único projeto, muitas vezes, vê-se obrigado, por razões profissionais, a atuar simultaneamente em diversas avaliações, às vezes sobre objetos inteiramente diferentes entre si. Isto exige um esforço hercúleo, uma capacidade de multiplicar-se diante de diferentes situações sem se sentir perdido, sem saber que procedimentos adotar e sem se deixar sucumbir diante do estado de entropia em que se acha submerso. A avaliação acaba sendo um mergulho em profundidade num mundo de incertezas, por falta de um treinamento adequado do avaliador.

AVALIAÇÃO E ANÁLISE ESTATÍSTICA

Algumas avaliações realizam o levantamento de grande soma de dados que, depois, são submetidos a técnicas estatísticas de alto nível e sofisticação matemática. A interpretação e análise desses elementos, por uma questão de prudência, não devem ser da responsabilidade exclusiva de uma única pessoa, mas submetidas a diversos avaliadores experimentados e entre eles discutidas. Pensemos nas implicações de uma análise problemática realizada por uma única pessoa. É uma grande responsabilidade pois a avaliação visa a tomada de decisões, que por sua vez objetivam mudanças, que precisam estar alicerçadas em elementos sólidos, inquestionáveis, e aceitos pela sociedade. Ao relatório final deve anteceder, como uma coisa perfeitamente normal, uma análise das estatísticas por diferentes pessoas igualmente capacitadas.

A avaliação no momento presente (1997) constitui preocupação de diferentes segmentos da sociedade e não apenas da comunidade educacional. Chega a haver uma certa euforia, o que, na verdade, é preocupante, se atentarmos para o fato de que isso

pode gerar discursos entusiásticos e visões obscurecidas por uma falsa luminosidade. Avaliações, assim como pesquisas, costumam incidir sobre as mesmas áreas, gerando trabalhos paralelos. Estas atividades repetitivas somente têm sentido quando se processa um intercâmbio de informações, quando ocorre um processo de *cross-fertilization* que auxilia na solução cooperativa dos diversos problemas que estão sendo considerados. A troca de informações entre diferentes grupos, além de desejável, é sempre bem-vinda.

As avaliações costumam ter um custo elevado mesmo quando se utiliza a mão de obra à disposição nas escolas ou nas Secretarias de Estado. Apesar do emprego de mão de obra muitas vezes ociosa, o custo existe e o avaliador deve atentar para procedimentos de racionalização dos gastos. É necessário que o avaliador atente para os procedimentos de racionalização dos gastos. É importante que o avaliador pergunte a si próprio se o elemento que vai coletar justifica o investimento a ser feito e se haverá um uso consequente deste mesmo elemento, justificando-se mais ainda os gastos operados, pelas ações que pode gerar. Isso é indiscutível tanto na área pública como na atividade privada.

AVALIAÇÃO E COMPARABILIDADE

O desenvolvimento de um programa de avaliação muitas vezes se reveste de grande complexidade, exigindo elementos técnicos em vários níveis, pessoal qualificado para diferentes tarefas e muitas vezes o envolvimento de dezenas de pessoas para que o processo ocorra com um número mínimo de problemas. Ora, certas avaliações são verdadeiras operações de estado-maior, que exigem hierarquização, disciplina e seguimento de normas prescritas. Há necessidade, assim, do estabelecimento de mecanismos de controle que garantam o desenvolvimento do processo, – por exemplo – o monitoramento dos pais, como representantes da sociedade. É preciso, contudo, que esses controles representem um custo razoável e limitado às previsões orçamentárias; por sua vez é também necessário que se pense na possibilidade da dispensa desses controles e nos efeitos negativos irreversíveis para a avaliação se a eliminação dos mesmos ocorrer.

É comum em avaliação ouvir falar em comparações dos dados. A coisa é colocada de tal forma que se não houver compa-

rações não haveria avaliação. O assunto merece consideração, evidentemente, sem radicalizações. É evidente que havendo equalização dos resultados, as medidas obtidas poderão, em princípio, ser comparadas.

É igualmente claro que existem diferentes maneiras de promover essa equalização, seja por intermédio de procedimentos clássicos, seja via procedimentos chamados modernos, ainda que cinquentenários, como é o caso da teoria do traço latente mais conhecida por teoria da resposta ao item, vista por alguns como o *demier-cri* na área da abordagem quantitativa. É necessário, antes de mais nada, que se atente para a natureza das comparações desejadas e o estágio em que se encontra a avaliação no contexto educacional, quando, então, se poderá pensar em comparações de dados, que, às vezes, frustram as nossas expectativas. Finalmente, é preciso atentar para o fato de que programas com múltiplos e às vezes objetivos dissimilares não geram dados comparáveis, e que nenhuma tecnologia, por mais evoluída que seja, conseguirá superar o problema e tornar comparáveis dados que na realidade não o podem ser. É preciso cuidado com o mito da comparabilidade³.

³ Ver NUTTALL, D. The myth of comparability. *Journal of the National Association of Inspectors and Advisers*, n. 11, p. 16-18, 1979.

AVALIAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO

Avaliação é um processo financeiramente dispendioso, exigindo investimentos, e que demanda o envolvimento de um número elevado de pessoal técnico-científico, administradores e elementos da área burocrática em diferentes níveis. Isto significa dizer que muitas instituições, por suas limitações, não fazem avaliações, ainda que as desejem, e nem as contratam de terceiros, pelas mesmas razões. A avaliação está se tornando uma atividade entre instituições especializadas e órgãos governamentais, via diferentes processos de associação, consórcio ou simples terceirização. A legislação sobre o assunto é complexa e de difícil entendimento, demandando assessoria especializada na hermenêutica jurídica. Qualquer falha que venha a ocorrer pode inviabilizar todo o processo, inclusive impedindo a realização da avaliação, em muitos casos.

As relações avaliação-avaliador são intermediadas por uma instituição, na maioria das vezes. O avaliador não tem maior

envolvimento institucional, sendo apenas um técnico, mas estranho aos quadros institucionais. O avaliador, muitas vezes, se encontra em uma situação bastante bizarra, vendo-se obrigado, por força contratual, a aceitar certas decisões ou a participar de ações que foram decididas à sua revelia, sem a sua concordância, sem ao menos ter sido ouvido. Isso é realmente um problema, que pode ter implicações éticas para o avaliador que, assim, fica numa situação conflitiva que pode levar à renúncia ao projeto, com prejuízo para ambas as partes, sendo aconselhável, portanto, que se estabeleçam negociações entre instituições e avaliadores a fim de evitar constrangimentos que possam invalidar os esforços no sentido de realizar um trabalho significativo.

A sociedade moderna, com suas relações jurídicas extremamente complexas, está criando uma nova situação e gerando novos tipos de relacionamento, forçando o aparecimento de outras formas de responsabilidade ou de corresponsabilidade. Anteriormente, a avaliação se fazia pela contratação de alguém responsável pela avaliação, um professor com experiência, e uma instituição. A responsabilidade pelo sucesso e, sobretudo, pelo fracasso estava centrada na pessoa do avaliador; hoje, entretanto, as relações se estão alterando. O avaliador, um professor ou especialista, está ligado a uma instituição, que é contratada para fazer a avaliação. Desse modo, as relações jurídicas e a responsabilidade se alteram, não é mais uma relação indivíduo/instituição, mas instituição/instituição, e a responsabilidade não é mais exclusiva do avaliador, mas da instituição, passando o avaliador a corresponsável, apenas.

AVALIAÇÃO E RELAÇÕES CONTRATUAIS

Uma avaliação deve estabelecer necessariamente um cronograma de desenvolvimento de suas várias fases, com a especificação das tarefas, e suas datas prováveis. É evidente que não se pretende um esquema rígido, que o planejamento tenha a precisão de um maquinário suíço. Seria uma violência, inclusive contra o próprio avaliador. Os prazos, em avaliação, devem ser bastante flexíveis para não criar situações de tensão e ansiedade, que dificultam o desenrolar do processo. Os prazos, em avaliação e em pesquisa, devem ser postos com antecedência, discutidos

pela comunidade e cumpridos sem relutância. Inclusive, deve-se fixar um *deadline* para o trabalho avaliativo. A fixação de um cronograma é de um óbvio total, sendo indispensável qualquer comentário. O estabelecimento de um prazo final também se justifica, pois a sua fixação no início vai ditar o ritmo dos esforços ao longo dos trabalhos. Avaliação, planejamento e cronograma – é impossível fugir a esses dois últimos elementos, qualquer que seja o tipo de avaliação: quantitativa ou qualitativa.

As relações contratuais para a prestação de serviços de avaliação estão ficando cada vez mais complexas, mais detalhistas, mais cheias de sutilezas e, conseqüentemente, dando origem a contratos longos, com itens, subitens, parágrafos e alíneas, que acabam fazendo com que sua leitura seja difícil e, frequentemente, bastante tediosa. É mais uma influência do bacharelismo coimbrão na área educacional. A tentativa de amarrar bem as coisas, prevendo tudo e estabelecendo todos os detalhes, acaba por dificultar a avaliação, às vezes impedindo a de concretizar-se. Uma lição é preciso extrair desta situação: definir demais as coisas não é a melhor forma de estruturar um bom esquema para levantamento de informações, pelo menos em avaliação educacional.

O macro e o micro em avaliação precisam ser considerados. Há casos em que uma macroavaliação, realizada a partir de toda uma população, impõe-se por diferentes razões, inclusive por suas ressonâncias políticas. A microavaliação, a partir de uma amostra, também é igualmente válida, não nos esqueçamos. Isto significa que precisamos atentar para as diferentes circunstâncias que vão afetar a concretização da avaliação; no entanto, é forçoso que nos convençamos de que, pelo simples fato de estarmos realizando uma pesquisa em larga escala, envolvendo centenas de milhares de sujeitos, não estaremos coletando informações de melhor qualidade, mais válidas, do que se tivéssemos partido para uma avaliação amostral, em pequena escala. As circunstâncias, o contexto e os recursos financeiros são variáveis que ditarão o caminho a seguir.

AVALIAÇÃO E MACROAVALIAÇÃO

As avaliações, conforme foi reiterado ao longo destas reflexões, são um empreendimento dispendioso. *Ipsa facto*, uma avaliação

que abranja um número considerável de sujeitos e exija infraestrutura complexa, além, naturalmente, de um *software* sofisticado, deve ser objeto de múltiplos financiamentos oriundos de agências diferentes: públicas e privadas; nacionais e internacionais; entretanto, quando se aprofunda o problema, chega-se à conclusão de que essas agências devem ter diferentes perspectivas sociais, políticas e até mesmo econômicas. Parece-nos salutar que uma visão multifacetada venha a influir sobre a abordagem metodológica e a diversidade dos interesses a considerar.

Vivemos, pelo menos no contexto nacional, no momento presente (1997), a hora das grandes avaliações: avaliação de sistemas de ensino, avaliações ao final do 2º Grau como uma nova forma de acesso ao ensino superior e avaliação das grandes áreas profissionais, ao final dos cursos, para, a partir desses resultados, fazer uma avaliação institucional. Não pretendemos entrar no mérito dessas complexas questões. A vida é a grande mestra, mesmo em avaliação. Fazer macroavaliações implica, necessariamente, descentralizar tarefas e atividades, é uma questão de bom senso; é uma prática saudável. A avaliação, reproduzindo uma expressão utilizada anteriormente, não é de forma alguma *one man/woman show*; mas um trabalho socializado por uma sociedade que busca conhecer a si mesma, suas virtudes e seus defeitos, principalmente estes últimos.

A avaliação pode prestar grandes serviços à sociedade, especialmente em relação a elementos fundamentais: a escola, seu currículo, seus programas, seus professores e, acima de tudo, seus alunos. A sociedade começa a descobrir a avaliação, a sentir os efeitos da sua atuação e a perceber que para se autoconhecer necessita estabelecer um estreito relacionamento com a avaliação, inclusive para não sucumbir. Entretanto, até agora, a contribuição da avaliação para a sociedade ainda não é perfeitamente reconhecida. Por quê? Apesar da importância da avaliação, o papel do avaliador, como profissional da educação, também ainda não foi reconhecido pela sociedade, como ocorre, aliás, com a profissão do professor. A importância do trabalho de ambos é figura de retórica dos que detêm o poder.

AVALIAÇÃO E EXPERTISE

O momento presente (1997) é de excitação com o *boom* da avaliação. A partir da cúpula da educação ao sacrificadíssimo professor de escola rural todos, repentinamente, passaram a acreditar, a desejar, a louvar e a aplaudir diferentes propostas de avaliação, nos vários níveis educacionais. A comunidade se esquece de que para uma avaliação bem feita, precisamos, antes de mais nada, de pessoal técnico competente e com *expertise* adquirida ao longo de uma prática constante. E nós perdemos o bonde da história, no campo da avaliação, porque não se procurou formar recursos humanos, jovens, sobretudo, nos grandes centros de excelência em avaliação. E existem muitos nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Escócia e em outros países fora do mundo anglo-saxão. Por outro lado – e há sempre um outro lado –, o governo em seus diferentes níveis – federal, estadual e municipal – não se preocupou em fazer investimentos financeiros na área, salvo alguns poucos casos (INEP/MEQ). Não é possível avaliar sem recursos humanos e sem recursos financeiros, é obvio, mas esta é a realidade.

A avaliação, no momento atual, em nosso contexto, é um trabalho isolado. O avaliador é um solitário perdido na sua solidão muitas vezes do autodidatismo, e isso é um perigo. Este não é o caminho para impor-se socialmente e adquirir o *status* que deve ter na sociedade. Sozinho, nada conseguirá. Ficará perdido na estepe desolada em que se pode tornar o mundo da educação. Sem compartilhar seus interesses, suas dúvidas e, para que não dizer, as suas angústias com outros avaliadores, será um ser atomizado, em um mundo intelectual estéril. A avaliação é um trabalho participativo, com vistas à socialização das experiências individuais.

O ritual de pesquisa educacional estabelece que, identificado um problema, se procure fazer um levantamento de trabalhos anteriores para depois mergulhar efetivamente no campo da investigação. É preciso conhecer e assimilar experiências anteriores, acumulando-as e incorporando-as ao patrimônio do pesquisador. A mesma liturgia deve ser seguida pelo avaliador. Ainda que o número de avaliações no nosso contexto seja limitado, a literatura estrangeira, e não apenas a anglo-saxã, é copiosa, sendo necessário um trabalho seletivo, tendo em vista que, ao lado de trabalhos de relevância, existem experiências sem grande significação, que pouco, ou mesmo nada, acrescentam

ao existir do avaliador. Todo o material acumulado deve ser estudado, discutido e analisado em profundidade, a fim de que, mais tarde, o avaliador realize trabalhos significativos que, por diferentes caminhos, possa influenciar na educação, inclusive por intermédio da definição de novas políticas públicas.

AVALIAÇÃO E COMPONENTES ÉTICOS

A avaliação, assim como a pesquisa, tem um conjunto de componentes éticos que não podem ser ignorados. A pesquisa, talvez tendo em vista o fato de possuir uma tradição mais antiga, já mereceu a consideração de vários teóricos e praticantes, que se debruçaram sobre o problema e estabeleceram padrões de orientação. Poderíamos simplesmente aceitar essas normas de conduta; entretanto, acreditamos que os avaliadores também se devam dedicar, talvez no seu lazer criativo, à análise da avaliação sob o ponto de vista da ética, especialmente porque, no momento, com o *boom* de avaliações no contexto nacional, começa a aparecer uma figura exótica, um estranho no ninho, a que chamaremos, eufemisticamente, de o *parvenu* da avaliação, cujo grau de probidade científica somente será possível constatar na medida em que os avaliadores promovam uma revisão crítica dos seus desempenhos, do desenho metodológico de seus projetos e da conduta ética subjacente a toda avaliação.

Uma pergunta surge de imediato e pode constituir-se em motivo de angústia: como proceder, como agir para que padrões éticos sejam seguidos? Parece-nos que os avaliadores devam estar sempre em vigília na preservação de padrões profissionais e éticos elevados, considerando que o avaliador é um pesquisador, é especialmente um educador preocupado em influenciar e gerar novas políticas públicas, que se transformarão em ações, e, ao final, influirão em um universo de pessoas, cujos direitos precisam ser respeitados. Por isso, a avaliação deve promover um amplo debate sobre suas estratégias de ação, suas controvérsias, suas motivações e suas consequências sobre a audiência a que ela se destina. Diríamos, então, que a avaliação precisa sofrer constantes e múltiplas críticas independentes, para que se possa desenvolver e cumprir sua destinação.